

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 519.244 - GO (2019/0190766-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**MARCIO ROSA MOREIRA - GO041382**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : NATANAEL RODRIGUES DOS SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **NATANAEL RODRIGUES DOS SANTOS**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás** nos autos do **Recurso em Sentido Estrito n. 253420-74.2017.8.09.0175**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi denunciado, em 1/12/2017, como incurso no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006, e no art. 12, **caput**, da Lei n. 10.826/2003 (fls. 15-18).

Posteriormente, em 6/6/2018, o d. Juízo de primeiro grau rejeitou a exordial acusatória, com fundamento no art. 395, III, do Código de Processo Penal, por ausência de justa causa (fls. 42-58).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs o recurso em sentido estrito perante o eg. Tribunal **a quo**, que deu provimento ao recurso, recebendo a denúncia, conforme v. acórdão de fls. 79-90 assim ementado:

*"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. REJEIÇÃO DA DENÚNCIA. TRÁFICO. POSSE DE ARMA DE FOGO E MUNIÇÕES. FLAGRANTE. GUARDA CIVIL MUNICIPAL. JUSTA CAUSA. PRESENÇA. RECEBIMENTO DENÚNCIA. Pode a guarda municipal, inobstante sua atribuição constitucional (art. 144, § 8º, CF), bem como qualquer um do povo, prender aquele encontrado em flagrante delito (art. 301, CPP).*

*2 - Existentes elementos que comprovem a materialidade do fato com aparência de criminoso e indícios de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*autoria do crime, preenchido os requisitos do artigo 41 do CPP, deve a denúncia ser recebida.*

**RECURSO EM SENTIDO ESTRITO CONHECIDO  
E PROVIDO.**

No presente **habeas corpus**, a Defesa alega "*constrangimento ilegal a que submetido o paciente: necessidade de trancar a ação penal porque embasada em elementos obtidos em flagrante violação ao texto constitucional – absoluta carência de justa causa para o processamento da ação*" (fl. 6).

Aduz que "*o caso em discussão não é de um flagrante de crime praticado em via pública, ou que a pessoa se depara com a prática delitiva. Trata-se de abordagem de um indivíduo que estavam em frente a sua residência, para efetuar busca pessoal e, em seguida, busca domiciliar sem mandado judicial, para averiguação de possível crime, realizado pela Guarda Civil*" (fls. 7-8).

Sustenta que "*não há justificativa prévia para o ingresso no domicílio do suspeito por pessoas estranhas às forças policiais e a constatação de flagrante de crime permanente posterior não justifica a medida*" (fl. 10).

E conclui que, "*uma vez que nesta situação a persecução penal já se iniciou carregada de uma plêiade de nulidades e arbitrariedades, fazendo de qualquer ação posterior igualmente viciosa, todos os atos persecutórios sequenciais à abordagem do paciente devem ser considerados nulos, porquanto obtidos por agentes desprovidos de competência, e em flagrante violação à garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio*" (fls. 12-13).

Requer, assim, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, a fim de que "*seja determinado o trancamento do processo penal nº 253420-74.2017.8.09.0175 (201792534205), pela ausência de justa causa*" (fl. 14).

O pleito liminar foi **indeferido** pela Presidência à fl. 94.

# Superior Tribunal de Justiça

Informações prestadas às fls. 96-104.

O Ministério Público Federal, às fls. 130-133, manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, em parecer assim ementado:

**"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. SUCEDÂNEO DE RECURSO CABÍVEL. INADEQUAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EFETIVADA POR GUARDA MUNICIPAL. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE. PEDIDO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. PRECEDENTES DO STJ.**

*- 'É assente nesta Corte Superior de Justiça a orientação de que os integrantes da guarda municipal não desempenham a função de policiamento ostensivo; todavia, em situações de flagrante delito, como restou evidenciado ser o caso, a atuação dos agentes municipais está respaldada no comando legal do art. 301 do Código de Processo Penal' (HC 471.229/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 01/03/2019) - Parecer pelo não conhecimento do writ e, se conhecido, pela denegação."*

**É o relatório.**

**Decido.**

Insta consignar, inicialmente, que a Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

**Como relatado**, busca-se no presente **writ** o trancamento da ação penal na origem, por ausência de justa causa, ao argumento de que os elementos indiciários foram obtidos de forma ilícita pois, em síntese, seria ilegal a abordagem e a efetivação da prisão em flagrante pela Guarda Municipal, bem como haveria infração à garantia da inviolabilidade do

# Superior Tribunal de Justiça

domicílio.

Para melhor delimitar a **quaestio**, insta transcrever como consignou a eg. Corte local no recurso em sentido estrito interposto pelo **Parquet** estadual, ao dar provimento ao recurso e receber a exordial acusatória, **verbis** (fls. 82-87 - grifei).

*"Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público em face da decisão proferida pelo magistrado singular, que rejeitou a denúncia ofertada em desfavor do indiciado Natanael Rodrigues dos Santos, nos termos dos artigos 395, inciso III, do Código de Processo Penal.*

*Com razão a insurgência ministerial.*

*Diante da argumentação desenvolvida pelo recorrente não se considera ilícita a prova decorrente da efetivação da prisão em flagrante por guardas-civis municipais.*

*Consta dos autos que Natanael foi preso em flagrante por possuir, em desacordo com determinação legal, arma de fogo e munições de uso permitido (uma arma de fogo calibre 22 e dez munições calibre 32), bem como manter em depósito, com intuito comercial, substância entorpecente de uso proscrito em território nacional (duas porções de maconha, com massa de 572,589 g).*

*Tendo em vista que os guardas municipais apenas foram investigar a atitude suspeita, culminando na comprovação, prisão e apreensão da arma de fogo e drogas, permitiu-se a abertura do inquérito policial.*

*O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que havendo fundada suspeita da prática de crimes, a guarda municipal, agindo em autodefesa da sociedade, pode e deve tomar medidas necessárias, nos termos do artigo 244 do Código de Processo Penal.*

*Portanto, conclui-se que a abordagem que culminou no flagrante não afrontou o disposto no artigo 144 da Constituição Federal.*

*Aliás, a Lei n. 13.022/2014 disciplinou o 144, §8º, da Constituição Federal, estipulando, em seu artigo 5º, parágrafo único, que: "No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos (...)"*

*Portanto, não há que se falar em nulidade da prisão em flagrante realizada por guardas municipais.*

*É assente na Corte Superior de Justiça a orientação de que os integrantes da guarda municipal não desempenham a função de policiamento ostensivo; todavia, em situações de flagrante delito, como restou evidenciado ser o caso, a atuação dos agentes municipais está respaldada no comando legal do artigo 301 do Código de Processo Penal,*

# Superior Tribunal de Justiça

*segundo o qual: 'Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito'.*

(...)

*Se a qualquer do povo é permitido prender quem quer que esteja em flagrante delito, não há falar em proibição ao guarda municipal de proceder à prisão (STJ, HC 129.932).*

(...)

*Dessa forma, não se há falar em contaminação de todo acervo probatório, uma vez que não há ilicitude das provas no feito."*

Com relação à alegada nulidade da prisão em flagrante realizada por guardas municipais, cumpre registrar que é assente nesta Corte Superior a orientação de que os integrantes da guarda municipal não desempenham a função de policiamento ostensivo.

Contudo, também é firme o entendimento jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, *"nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal, qualquer pessoa pode prender quem esteja em flagrante delito, razão pela qual não há qualquer óbice à sua realização por guardas municipais. Precedentes"* (HC n. 357.725/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, DJe de 12/05/2017).

Ilustrativamente:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGADA INCOMPETÊNCIA DOS GUARDAS MUNICIPAIS PARA EFETUAR PRISÃO EM FLAGRANTE. PERMISSIVO DO ART. 301 DO CPP. INOCORRÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. RISCO DE REITERAÇÃO. QUANTIDADE E QUALIDADE DA DROGA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. MEDIDAS CAUTELARES DO ART. 319 DO CPP. INVIABILIDADE. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. RECURSO IMPROVIDO.**

*1. Nos termos do artigo 301 do Código de Processo Penal, qualquer pessoa pode prender quem esteja em flagrante delito, de modo que inexistente óbice à realização do referido procedimento por guardas municipais, não havendo, portanto, que se falar em prova ilícita no caso em tela. Precedentes.*

[...]

*5. Recurso ordinário improvido."* (RHC 94.061/SP,

# *Superior Tribunal de Justiça*

Rel. Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**, Quinta Turma, julgado em 19/4/2018, DJe 30/4/2018, grifei).

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MOEDA FALSA. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. PRISÃO EM FLAGRANTE REALIZADA POR GUARDAS MUNICIPAIS. POSSIBILIDADE. ART. 301 DO CPP. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. Nos termos do art. 301 do CPP, qualquer do povo poderá prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito, razão pela qual não há falar em ilegalidade da prisão em flagrante e, conseqüentemente, em prova ilícita, porque efetuada por guardas municipais. Precedentes.*

*2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 771.369/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, Sexta Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 4/12/2017, grifei).*

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PRETENSÃO DE QUE SE RECONHEÇA NULIDADE NA PRISÃO EM FLAGRANTE. IMPOSSIBILIDADE. A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA É RESPONSABILIDADE DE TODOS, SENDO DEVER DAQUELES QUE COMPÕEM A SEGURANÇA PÚBLICA. SUPERVENIÊNCIA DA CONVERSÃO EM PREVENTIVA. PREJUDICIALIDADE. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. POSSE DE 12 PORÇÕES DE COCAÍNA. PRECEDENTES.*

*1. Os Tribunais Superiores restringiram o uso do "habeas corpus" e não mais o admitem como substitutivo de recursos e nem sequer para as revisões criminais.*

*2. A Quinta Turma deste Sodalício assentou que pode a Guarda Municipal, inobstante sua atribuição constitucional (art. 144, § 8º, CF), bem como qualquer um do povo, prender aquele encontrado em flagrante delito (art. 301, CPP).*

*3. É assente nesta Corte Superior que o exame da alegada nulidade da prisão em flagrante se encontra prejudicado, quando, posteriormente, o Juízo de primeiro grau a converteu em preventiva, em face da constituição de novo título a justificar a privação da liberdade do paciente.*

*4. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do paciente no tráfico de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*entorpecentes, diante das circunstâncias da prisão e dos entorpecentes apreendidos (12 porções de cocaína), além de quantia em dinheiro, tudo a evidenciar dedicação à vida delituosa, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.*

5. *"Habeas corpus" não conhecido por ser substitutivo do recurso cabível*" (HC n. 290.371/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Moura Ribeiro**, DJe de 30/05/2014, grifei).

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO TRÁFICO DE ENTORPECENTES. AVENTADA INCOMPETÊNCIA DOS GUARDAS MUNICIPAIS PARA EFETUAR PRISÃO EM FLAGRANTE. NULIDADE ABSOLUTA. PROVAS ILÍCITAS. INOCORRÊNCIA. PERMISSIVO DO ART. 301 DO CPP. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. ILEGALIDADE. VERIFICADA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONCEDIDO.**

1. *Pode a Guarda Municipal, inobstante sua atribuição constitucional (art. 144, § 8º, CF), bem como qualquer do povo, prender aquele encontrado em flagrante delito (art. 301, CPP).*

2. *O ato infracional análogo ao tráfico de drogas, embora seja socialmente reprovável, não conduz, obrigatoriamente, à medida socioeducativa de internação (Súmula n. 492 do STJ), ainda mais quando se trata da modalidade provisória, que somente pode ser decretada nas hipóteses taxativamente elencadas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, cujas hipóteses não foram expressadas como fundamento para a internação.*

3. *Habeas corpus parcialmente concedido, apenas para cassar a internação provisória do paciente*" (HC n. 365.283/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 24/11/2016, grifei).

Destarte, em situações de flagrante delito, como restou evidenciado no Auto de Prisão em Flagrante lavrado pela autoridade policial, em que a Guarda Municipal, *"ao fazer o patrulhamento no setor retromencionado, próximo do Jardim Botânico, presenciou um indivíduo em atitude suspeita, momento em que a equipe resolveu fazer a abordagem no mesmo; que durante a abordagem e busca pessoal foi encontrado em seu*

# Superior Tribunal de Justiça

*poder 01 (uma) porção pequena de maconha, oportunidade em que a equipe resolveu fazer a busca domiciliar, já que o mesmo estava em frente de sua residência; que afirma que foi encontrado no interior de sua residência 01 (uma) arma de fogo, modelo artesanal, de cor preta, aparentemente de calibre 22, 01 (um) pacote de munições da Ponto Oca, contendo 10 (dez) munições de calibre 32 da marca CBC e mais 01 (uma) grande porção de drogas (maconha)"* (fl. 21), a atuação dos agentes municipais está respaldada no comando legal do art. 301 do Código de Processo Penal.

Ademais, no que diz respeito ao pleito de nulidade em razão da alegada infração à garantia da inviolabilidade do domicílio do paciente, assinala-se que o estado flagrancial do delito de tráfico consubstancia uma das exceções àquele direito previsto no inc. XI do art. 5º da Constituição Federal, sendo permitida a entrada em domicílio independentemente do horário ou da existência de mandado.

Aliás, é o que está disposto no art. 303 do Código de Processo Penal, segundo o qual, *"nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência"*.

Nesse compasso, compreendo que não há nulidade nas provas obtidas em decorrência da situação de flagrância. Nesse sentido, esta Corte Superior decidiu, **verbis**:

*"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE ARMA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E VARIEDADE DAS SUBSTÂNCIAS APREENDIDAS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE NOVOS FUNDAMENTOS A EMBASAR A CUSTÓDIA. WRIT NÃO PREJUDICADO. BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR. POSSIBILIDADE. INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO. EXISTÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES SOBRE A PRÁTICA DO ILÍCITO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. CONDENAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE PROVAS. VIA*



# *Superior Tribunal de Justiça*

INADEQUADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

[...]

5. *No caso concreto, a entrada na residência pela autoridade policial foi precedida de fundadas razões que levaram à suspeita da prática do crime, mormente pelo fato de que existiam informações de que na residência do Paciente estaria sendo armazenada uma grande quantidade de drogas, sendo que ele próprio franqueou a entrada dos policiais. Portanto, não há nulidade nas provas obtidas em decorrência da situação de flagrância.*

6. *Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal e proferir sentença condenatória, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a condenação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via eleita.*

7. *Ordem de habeas corpus denegada.*" (HC 494.552/SC, **Sexta Turma**, Rel. Ministra **Laurita Vaz**, DJe 24/05/2019, grifei)

"[...] 1. O Supremo Tribunal Federal definiu, em repercussão geral, que o ingresso forçado em domicílio sem mandado judicial apenas se revela legítimo - a qualquer hora do dia, inclusive durante o período noturno - quando amparado em fundadas razões, devidamente justificadas pelas circunstâncias do caso concreto, que indiquem estar ocorrendo, no interior da casa, situação de flagrante delito (RE n. 603.616/RO, Rel. Ministro Gilmar Mendes, DJe 8/10/2010).

2. *Uma vez que havia fundadas razões que sinalizavam a ocorrência de crime e porque evidenciada, já de antemão, hipótese de flagrante delito, mostra-se regular o ingresso da polícia no domicílio do acusado, sem autorização judicial e sem o consentimento do morador. Havia, no caso, elementos objetivos e racionais que justificaram a invasão de domicílio, motivo pelo qual são lícitas todas as provas obtidas por meio do ingresso em domicílio, bem como todas as que delas decorreram, porquanto a referida medida foi adotada em estrita consonância com a norma constitucional.*

3. *Recurso especial não provido.*" (REsp 1.722.676/BA, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 04/09/2018, grifei)

Conclui-se, portanto, que, nada obstante os esforços defensivos,

# *Superior Tribunal de Justiça*

por qualquer ângulo que se analise a persecução penal intentada em desfavor do paciente, não se vislumbra qualquer ilegalidade.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator

